
PROFISSIONALIZAÇÃO DOCENTE EM TANGARÁ DA SERRA- MT: DO MAGISTÉRIO AO CURSO DE PEDAGOGIA

Bruna Rossi Carvalho De Oliveira¹
Carlos Edinei de Oliveira²

RESUMO

Com a emancipação político-administrativa do município de Tangará da Serra- MT, em 1976, e a grande migração, várias famílias se estabeleceram no município com o objetivo de transformar-se em proprietários de terras recomeçando suas vidas em Mato Grosso. Para que parte deste sonho pudesse tornar-se realidade viu-se a necessidade da criação de escolas para proporcionar a efetividade desta esperança a população. Neste contexto migratório e educacional estão as professoras que mesmo sem muitos recursos lutaram para ensinar crianças e jovens que residiam em Tangará da Serra. Desta forma é considerável ressaltar a história de vida dessas pessoas que se dispuseram a educar, mesmo que muitas vezes não tendo estudos que lhes qualificassem como professoras. A análise da história de vida das professoras que tiveram que primeiro lecionarem pois não havia mais ninguém que o fizesse e depois terem de voltar a sala de aula para se profissionalizarem e se graduarem, pode nos revelar fatos que colaboram na influência do desenvolvimento da educação de Tangará na Serra, bem como no Estado de Mato Grosso.

PALAVRAS CHAVE: Educação. Formação de professores. Tangará da Serra.

ABSTRACT

With the political- administrative emancipation of the city of Tangará da Serra- MT, in 1976, and the great migration, several families settled in the city aiming to become landowners resuming their lives in Mato Grosso. For part of this dream could become reality seen- if the need for the creation of schools to provide hope to the effectiveness of this population. This migration and educational context are the teachers that even without many resources struggled to teach children and young people living in Tangará da Serra. Thus, it is important to emphasize the life story of these people who were willing to educate, even if they often do not have studies that qualify them as teachers. The analysis of the life histories of teachers, who had to first lecionarem because there was no one else did and then have to return the classroom to professionalize and to graduate, may reveal facts that collaborate to influence the development of education Tangará Sierra, as well as in the state of Mato Grosso.

KEYWORD: Education. Training of teachers. Tangará da Serra.

¹ Pedagogia e Especialista em Metodologia e Didática do Ensino Superior pela Faculdade de Educação de Tangará da Serra- MT.

² Doutor em Educação pela Universidade Federal de Uberlândia.

INTRODUÇÃO

Tangará da Serra- MT sendo um município que obteve um grande fluxo migratório durante as décadas de 60 e 70 do século XX, as crianças e jovens que aqui residiam precisavam de uma escolarização, em sua maioria mulheres que tinham uma formação empírica começaram a lecionar para que essa parte da população não ficasse sem nenhum amparo.

Com o aumento populacional a educação tangaraense novamente sofre mudanças, pois para que essas professoras tivessem uma formação adequada para as novas necessidades da sociedade que estava em constante crescimento, o curso de 2º grau, habilitação para o magistério começou a ser ofertado na Escola Estadual de I e II graus “29 de Novembro, esse curso habilitava os professores a lecionar nas séries iniciais do I grau, conforme a Lei 5.692 de 1971.

Em 2006 conforme a Lei de Diretrizes e Bases- LDB Lei nº 9.394/96, que está em vigor até os dias de hoje, o curso de Pedagogia começa ser exigência para que se pudesse lecionar nas séries iniciais de Educação Básica, desta forma, os professores que antes eram habilitados em Magistério continuaram a busca a formação de ensino superior para continuar na carreira do magistério.

Em 26 de junho de 2014 foi sancionada uma lei ordinária, que tramitou no Congresso Nacional durante quatro anos e estabelece 20 metas para serem cumpridas até 2023, cabendo à meta 15 garantir a todos os professores da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam.

No município de Tangará da Serra curso de magistério, conhecido popularmente como curso normal não é mais ofertado, sendo disponibilizado no município somente cursos de ensino superior para os professores poderem lecionar na educação básica, cabendo a cada profissional da educação se graduar na área específica de seu conhecimento que lecionavam e muitos optaram por se tornarem pedagogos.

1 FORMAÇÃO DOS PROFESSORES EM TANGARÁ DA SERRA- MT

Com a emancipação político-administrativa do município de Tangará da Serra- MT, em 1976, e a grande migração, várias famílias se estabeleceram no município com o objetivo de transformar-se em proprietários de terras recomeçando suas vidas em Mato Grosso. Para que parte deste sonho pudesse tornar-se realidade viu-se a necessidade da criação de escolas para proporcionar a efetividade desta esperança a população. Neste contexto migratório e educacional estão as professoras alfabetizadoras, que mesmo sem muitos recursos lutaram para ensinar crianças e jovens que residiam em Tangará da Serra. Desta forma é considerável ressaltar a história de vida dessas pessoas que se dispuseram a educar, mesmo que muitas vezes não tendo estudos que lhes qualificassem como professora.

A análise da história de vida das professoras que tiveram que primeiro lecionar, pois não havia mais ninguém que o fizesse e depois terem de voltar a sala de aula para se profissionalizarem e se graduarem, pode nos revelar fatos que colaboram na influência do desenvolvimento da educação de Tangará na Serra, bem como no Estado de Mato Grosso.

Com as mudanças sociais a educação também teve que se reorganizar se atualizando no sentido de aparelhar e aumentar o curso de professores primários, visando as necessidades culturais da época.

[...] Tudo indica que esta reformulação do Curso Normal ocorreu com intuito de preparar profissionais para o ensino primário num período mais curto, pois a mudança significativa foi relativa ao tempo de formação, que, de quatro anos, passou para apenas um, transformado- se a Escola Normal num curso complementar, especificamente para o magistério primário. O Curso Normal, a partir daí, ficou conhecido como um curso de especialização para professores primários. (SIMIÃO, p.104-105, 2006).

2 UM BREVE HISTÓRICO SOBRE AS MUDANÇAS NA EDUCAÇÃO

Há registros que desde a criação da Associação Brasileira de Educação (ABE) em 1924, foi lançado em 1932 o “Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova” que, após diagnosticar o estado da educação no Brasil afirmando que “todos os nossos esforços, sem unidade de plano e sem espírito de continuidade, não lograram ainda criar um sistema de organização escolar à altura das necessidades modernas e das necessidades do país”, apresenta um “Plano de Reconstrução Educacional.” Sendo o Manifesto um documento de política educativa que é uma causa de defesa da escola pública e uma luta para uma Escola Nova. Tendo suas diretrizes influenciado o texto da Constituição de 1934, cujo capítulo sobre educação resultou, porém, na conciliação entre as posições contrárias entre católicos e renovadores. Conforme SAVIANI (2005) na década de 1930 foi levantada a questão sobre a formação de professores. No caso dos professores primários a solução havia sido a criação das escolas normais, em 1939, adotou-se como modelo padrão para todo o país, mas que ainda era mais voltado para o ensino secundário a estrutura da Faculdade Nacional de Filosofia, organizada em quatro seções: Filosofia, Ciências, Letras e Pedagogia onde foi acrescentada uma seção especial denominada Didática, havendo duas modalidades de cursos: Bacharelado, com a duração de três anos, e a licenciatura. O Curso de Pedagogia foi definido como um curso bacharelado conforme as demais seções da faculdade. O diploma de licenciado, com duração de um ano, seria obtido por meio do curso de didática, acrescentado ao curso de bacharelado. A base organizacional da formação em nível superior dos profissionais da educação, decorre dessa estrutura implantada em 1939 que, embora tendo sofrido algumas alterações e diversas contestações.

No município de Tangará da Serra com a ocupação populacional decorrente da migração de várias pessoas de diversos estados brasileiros, houve a necessidade de que existisse educação para principalmente crianças e jovens que precisavam dar continuidade a seus estudos. Sendo as professoras em sua maioria leigas com conhecimentos do seu próprio cotidiano. Com o tempo surgiram algumas escolas em zonas rurais e assim os grupos escolares surgiram.

Os professores do Grupo Escolar de Tangará da Serra continuavam, em sua maioria em formação durante o período de 1970 a 1975. A formação pretendida era o curso de Magistério, denominado curso Normal, criado em 1973 com a elevação do Ginásio Estadual de Tangará da Serra para Escola

Estadual de 1º e 2º Graus de Tangará da Serra, conforme Decreto nº 1.542, de 10 de julho de 1973. Em 1970, apenas a diretora, Ir. Myriam Hansel, tinha o curso Normal completo; os demais professores tinham o curso ginasial completo e incompleto. (OLIVEIRA, 2011, p.131)

Os professores que lecionavam em sua maioria com base em conhecimentos empíricos, porém houve a busca de um aperfeiçoamento docente, havendo um avanço na escolarização até a formação a nível médio de magistério. Todos os professores eram contratados pelo estado de Mato Grosso, como estavam em formação lecionavam apenas um período, e no outro voltavam a escola para estudarem. Para aqueles que seguiram seus estudos sobrava o período matutino, pois o curso de Magistério era oferecido, em 1973, no período vespertino. A partir de 1974, o Curso de Magistério passou a ser oferecido à noite.

Segundo Martins (2003) a legislação educacional hoje em vigor, representada particularmente pela Constituição Federal de 1988 e pela Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional (LDB), que garanta o acesso ao saber, a adequada preparação para a inserção no mundo do trabalho e, deste modo, a cidadania para cada brasileiro, independentemente da localidade em que tenha nascido ou da camada social de que faça parte cada vez mais crítica a necessidade de se assegurar uma educação de qualidade. E esses desafios ocorrem constantemente e terão de ser vencidos em prazo estipulado. A LDB, em seu art. 87, instituiu a Década da Educação, determinando também que, sejam realizados programas de capacitação para todos os professores em exercício (art. 87. § 3º, III), até 2006. Está também sinalizado, embora com uma redação do texto legal bastante controversas, que, após este ano, somente devem ser admitidos professores por treinamento em serviço (art. 87, § 4º) ou habilitados em nível superior. Assim sendo a valorização, a formação adequada é um direito profissional do magistério, inscrito na LDB (art. 3º, VII) e na LDB (art. 3º, VII). Constituição Federal (art. 206, V) Trata-se de uma condição de cidadania profissional. E, por consequência, assegurá-la é um dever do Poder Público. Com efeito, a LDB, em seu art. 67 estabelece como obrigação dos sistemas de ensino períodos para estudos na carga de trabalho de professores e demais profissionais do magistério e a definição de planos de carreira que necessariamente incluam o aperfeiçoamento continuado. E, como já visto em seu art. 87, instituindo a Década da Educação, determina a municípios e estados a realização de programas de

Extensivo: R. Eletr. de Extensão, ISSN 2319-0345 Tangará da Serra - MT, v. 02, n. 1, p. 14-23, 2014.

capacitação para todos os professores em exercício. A Resolução nº 3, de 1997, da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação, por sua vez, definindo as diretrizes para elaboração dos novos planos de carreira do magistério estadual e municipal, relata explicitamente a obrigatoriedade de existir programas de desenvolvimento profissional (art. 5º) e de horas-atividade na carga de trabalho (art. 6º, IV), a serem destinadas também para estudos.

Segundo a atual Lei de Diretrizes e Bases- LDB Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 no artigo 62 que se refere aos profissionais da educação.

Art. 62º. A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade Normal. (BRASIL, 1996, p.22)

A LDB, feita no ano de 1996 que ainda hoje está em vigor libera aos professores normalistas a lecionarem dentro da educação infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental, porém o governo procurando deixar a educação melhor e atualizada dá os primeiros passos a se exigir que todos os professores possuam ensino superior completo e os próprios profissionais da educação procuram uma melhor graduação, por além de adquirirem maior enriquecimento em suas práticas e teorias, conseguem aumentar sua remuneração salarial através da elevação de nível de escolaridade.

[...] Então são dois motivos a gente vê a necessidade a gente tem que acompanhar a evolução, porque se você não estuda, você fica para trás e também na questão salarial, questão que também faz parte, a gente via que nós fazíamos o mesmo trabalho e ganhávamos a metade daquele que tinha o curso superior [...] (BARROS, 2014).

3 DO CURSO NORMAL AO CURSO

Foi sancionado no dia 26 de junho o Plano Nacional de Educação- PNE, lei que tramitou no Congresso Nacional durante quatro anos e estabelece 20 metas para serem cumpridas até o ano de 2023. Entre os objetivos estão ampliar o acesso da educação infantil até o ensino superior, melhorar a qualidade de forma que os estudantes tenham o nível de conhecimento esperado para cada idade, e valorizar os professores com medidas desde a formação até o salário dos docentes.

Em 26 de junho de 2014 foi criada uma lei extraordinário do Plano Nacional de Educação- PNE com 20 metas para a educação com validade de dez anos, onde estabelece o prazo até 2023 para todos os professores que optarem por continuar a lecionarem precisam ter graduação no ensino superior, conforme a meta 15:

Meta 15: garantir, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, no prazo de 1 (um) ano de vigência deste PNE, política nacional de formação dos profissionais da educação de que tratam os incisos I, II e III do caput do art. 61 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, assegurado que todos os professores e as professoras da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam. (Ministério da Educação/Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino (MEC/SASE), 2014, p.48)

Segundo o próprio PNE fiscalização do cumprimento dessas regras deverão ser cobradas e vigiadas pelo Ministério da Educação (MEC), a Comissão de Educação da Câmara dos Deputados e a Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal, o Conselho Nacional de Educação (CNE) e o Fórum Nacional de Educação de forma contínua. O monitoramento será realizado por meio de documentos, como estudos do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - Inep que devem ser publicados a cada dois anos durante a vigência da lei para mostrar a aplicação do Plano, e a realização de atividades como Conferências Nacionais de Educação. Os cidadãos que desejarem acompanhar o cumprimento das metas podem monitorar os índices no Observatório do PNE.

Dentro dos cursos superiores, mais especificamente a graduação em pedagogia abrange vários campos dos conhecimentos necessários para a sala de aula, porém o curso normal aliado ao curso superior ganha um enorme valor, pois o curso de magistério ofertado durante o ensino médio preparava os alunos mais para como se portar em sala de aula,

onde na faculdade pela enorme quantidade de teoria acaba, saindo de foco questões do cotidiano do professor.

Tem que entender que lá no magistério a gente via muita metodologia que a gente ia aplicar na prática e no curso de pedagogia a gente tem muita teoria, enquanto que no magistério a gente via as coisas práticas que você ia aplicar em sua sala de aula e em pedagogia a gente vê muita teoria, se adquire muito conhecimento. Há muita teoria e enquanto que no magistério a gente vê muita coisa que você vai aplicar na sala de aula. Eu via assim a diferença. (BARROS, 2014).

A educação está em constante movimento tentando se adequar aos movimentos sociais modernos, que garantam um ensino de qualidade, porém o professor precisa valorizar ainda mais o seu serviço e cada cidadão deve cobrar do poder público que tais mudanças de fato ocorram, sendo cada vez mais eficazes e adequados a realidade de cada um.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O município de Tangará da Serra- MT, foi povoado por migrantes que queriam refazer suas vidas em terras mato-grossenses. Com a chegada de várias famílias com crianças e jovens, apesar da maioria da população não ter a instrução adequada para lecionarem, algumas escolas de forma precária foram fundadas principalmente na zona rural.

Com o passar dos anos e vendo a necessidade de uma melhor qualificação dos professores que ministravam suas aulas sem material didático adequado, criou-se o curso normal feito junto ao ensino médio, o que propiciou uma grande melhoria na educação. No entanto, no intuito de acompanhar o progresso e em busca de uma melhor remuneração salarial, pois apesar de fazerem o mesmo serviço que um professor com graduação na educação superior recebiam menos por serem normalistas, então vários professores que tinham o curso normal, retornaram a sala

de aula ocupando carteiras acadêmicas, se graduando no curso superior, tornando-se vários desses professores pedagogos.

Atualmente o curso normal não existe mais no município e isso demonstra a força de vontade da maioria dos educadores por se manterem atualizados e mostra sobretudo a força do povo tangaraense.

REFERÊNCIAS

BARROS, Bernadete de Souza Ramos. **Entrevista ao autor**. 20 de Outubro de 2014.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases - LDB, **Lei nº 9394/96**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>. Acesso em: 12 de Novembro de 2014.

FREITAS, Maria Teresa de Assunção (org.) **Memórias de Professores: história e histórias**. Juiz de Fora: EdUFJF, 2000.

JOSÉ, Maria Tereza Scotton, Compreendendo atuação de professoras frente às políticas públicas de educação. In: FREITAS, Maria Teresa de Assunção (org.) **Memórias de Professores: história e histórias**. Juiz de Fora: EdUFJF, 2000. p.126 - 142.

MARTINS, Ricardo Chaves de Rezende. **Formação de profissionais do magistério**. Site: <http://www2.camara.leg.br/documentos-e-pesquisa/publicacoes/estnottec/tema11/pdf/301279.pdf>. Acesso em: 21 de Abril de 2014.

BRASIL. Ministério da Educação/Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino (MEC/SASE), 2014. **Planejando a Próxima Década Conhecendo as 20 Metas do Plano Nacional de Educação**. Disponível em: http://pne.mec.gov.br/pdf/pne_conhecendo_20_metas.pdf Acesso em 09 de Novembro de 2014.

OLIVEIRA, Carlos Edinei de. **Famílias e natureza: as relações entre famílias e ambiente na colonização de Tangará da Serra- MT**. Tangará da Serra: Sanches, 2004.

OLIVEIRA, Carlos Edinei de. **História de Tangará da Serra**. – Tangará da Serra: Sanches, 2012.

OLIVEIRA, Carlos Edinei de. **Migração e escolarização: história de instituições escolares de Tangará da Serra - Mato Grosso – Brasil (1964- 1976)**, 2009. Tese. (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia.

SAVIANI, Dermeval. A política educacional no Brasil. In: STEPHANOU, Maria. BASTOS, Maria Helena Camara (org.) **Histórias e memórias da educação no Brasil** Vol.III – Século XX. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

SIMIÃO, Regina Aparecida Versoza. **O Processo de profissionalização docente em Mato Grosso (1930-1960)**. Cuiabá, MT. Central de Texto: EdUFMT, 2006.